

# POLÍTICAS PÚBLICAS CONTINUADAS: A GARANTIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR

*Entrevista concedida em janeiro de 2005*

*Giácomo Baccarin\**

---

... entendo que basicamente a garantia de segurança alimentar à população, de maneira geral, deve se dar com políticas públicas continuadas, que não tenham nenhum risco de descontinuidade. Nesse sentido, eu acho que as campanhas, a ação, a mobilização social são muito importantes, até para forçar o Estado a adotar políticas mais efetivas no combate à fome e de segurança alimentar.

Giácomo Baccarin, 2005.

**Alan Maia Silva** - *Como o senhor se envolveu com movimentos e políticas públicas dedicadas à segurança alimentar e combate à fome, em que ano e através de qual iniciativa?*

**Giácomo Baccarin:** Eu sou professor universitário de Economia Rural, sou agrônomo, fui Prefeito da cidade de Jaboticabal, de 1989 a 1992, tive muitas atividades na área de abastecimento, fui Deputado Estadual de 1995 a 1998, no Estado de São Paulo, tinha atuação na área de agricultura e vim acompanhando as discussões nos fóruns de segurança alimentar no Brasil.

**AMS** - *Qual o balanço que o senhor faz das ações empreendidas no nosso país, na última década, para o combate à fome, considerando as ações da sociedade e as políticas públicas direcionadas ao problema?*

**Baccarin:** Eu acho que nós conseguimos transformar o tema da segurança alimentar em um tema componente da agenda política. É um tema

---

\* **Giácomo Baccarin** é Agrônomo, Mestre em Ciências Agrárias, Doutor em Economia pela UNICAMP e atual Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Combate à Fome.

vivo politicamente, não uma preocupação de algumas poucas pessoas, de alguns militantes da área, mas é um tema politicamente importante. Isso se deveu em grande parte à mobilização da sociedade civil nas várias campanhas que ocorreram, à luta para se ter o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e para se ter Conferências de Segurança Alimentar. Conseguimos fazer nesse período duas delas, sendo que uma no começo de 2004 – a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar. Isso sem, sombra de dúvida, refletir a mobilização social em torno do tema. Na parte da ação pública, acredito que o Brasil hoje tem uma situação bastante avançada no que se refere a uma política de garantia de acesso à alimentação. Temos o Programa Bolsa Família que hoje atende a mais da metade do universo de famílias abaixo da linha da pobreza, de acordo com a nossa estimativa. Acredito que também temos uma legislação muito importante de apoio à agricultura familiar e uma estrutura institucional importante que conta com um ministério específico. Há avanços consideráveis. Acho que ainda há precariedades na área do abastecimento. Mas não há uma coordenação nacional, em termos de uma política nacional, que coordene as diversas ações de abastecimento no país. Há que se avançar. De qualquer maneira, a segurança alimentar atualmente faz parte da agenda da ação pública, da política pública.

**AMS** - *A Campanha da Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria e pela Vida criada em 1993 foi e é uma iniciativa absolutamente vitoriosa em sua capacidade de mobilização social e promoção de ações solidárias. Qual o lugar da solidariedade no combate à fome? Entre a garantia do direito à alimentação e a emergência em se saciar o faminto, existe espaço para as campanhas pautadas na solidariedade?*

**Baccarin:** Eu acho que há um espaço importante e complementar à ação pública. Porque é um espaço inclusive de mobilização em torno do tema e de divulgação da realidade da segurança alimentar no país, ou da "insegurança" alimentar no país. Além dos benefícios imediatos das campanhas – eles, de fato, existem – você incorpora mais pessoas nessa causa. Portanto, eu acho que elas são bastante importantes. Agora, entendo que basicamente a garantia de segurança alimentar à população, de maneira geral, deve se dar com políticas públicas continuadas, que não tenham nenhum risco de descontinuidade. Nesse sentido, eu acho que as campanhas, a ação, a mobilização social são muito importantes, até para forçar o Estado a adotar políticas mais efetivas no combate à fome e de segurança alimentar.

**AMS** - *Falando agora de sua experiência ministerial no governo Lula. Quais as diferenças da sua atuação como Secretário Executivo do Comunidade Solidária, do Mesa (Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar), e como atual Secretário de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome?*

**Baccarin:** Na verdade o cargo de Secretário Executivo da Comunidade Solidária foi o aproveitamento de uma estrutura já existente. Embora não tenhamos reproduzido o que era o Comunidade Solidária do governo anterior. Basicamente, no período em que eu fui secretário da Comunidade Solidária, nós nos dedicamos à implantação do Cartão Alimentação, que é o piso do Bolsa Família hoje, R\$ 50. Então, já era uma ação importante dentro da nossa visão de fome e de segurança alimentar que atribui esse problema à debilidade da renda do cidadão. Aquilo já estava associado à uma política de combate à fome e de garantia de segurança alimentar. Após a unificação dos ministérios sociais e da incorporação do Programa de Renda de Cidadania no novo Ministério de Desenvolvimento Social, nós assumimos a parte de programas mais específicos de segurança alimentar. Programas que são: distribuição de alimentos, restaurantes populares, bancos de alimentos, educação alimentar e o atendimento emergencial a populações em estado de emergência e populações específicas, além do Cartão Alimentação, que foi incorporado ao Bolsa Família. Houve, portanto, uma quebra, uma mudança na minha ação. Eu já estava por dentro da política de combate à fome e agora assumi mais as ações específicas de segurança alimentar.

**AMS** - *O Projeto Fome Zero é um fracasso? Porque essa é a opinião corrente?*

**Baccarin:** Não é o que dizem as pesquisas de opiniões. A última pesquisa mostra que o principal programa que a população identifica do governo federal é o Programa Fome Zero. Esta avaliação é extremamente positiva. Então, para a grande maioria da população, o Programa Fome Zero mostra compromisso com a inclusão social e mostra resultados. Aliás, nas comunidades isso é evidente. Os benefícios que o Bolsa Família traz às pessoas e às economias locais, especialmente das regiões mais pobres, é muito grande. Há certamente por parte da imprensa, de alguns articulistas, essa pecha. Até, às vezes, pelo desconhecimento do alcance que hoje tem o Programa Fome Zero e o Bolsa Família.

**AMS** - *Não seria, desde o começo de sua implantação, a comunicação o maior problema do Fome Zero? A sua capacidade de comunicar a que veio, o que pretende fazer e os resultados alcançados.*

**Baccarin:** Houve um determinado momento em que isso não era preciso. Esse é o problema de comunicação. Em comunicação você tem que precisar o seu objeto. E quando você dispersa muito, cria um pântano, cria uma certa incompreensão. O que a gente sempre procurou transmitir é a idéia de que o Programa Fome Zero é um conjunto de ações públicas, de medidas imediatas. Um programa com políticas de complementação de renda, com distribuição de cestas de alimentos, quando necessário, e com medidas estruturantes, como o apoio à agricultura familiar e melhoria das condições de vida, como no caso da construção de cisternas. De fato, acho que, eventualmente nós exageramos na conceituação do Fome Zero, entendendo que todas as políticas de combate à pobreza e inclusão social eram Fome Zero. Alfabetização, problema de assistência básica à saúde, etc. Houve uma certa dispersão no início. Nós não tivemos uma boa comunicação, uma boa determinação do objeto do Fome Zero. Por outro lado, nós tivemos uma vantagem pelo carisma e pela capacidade de comunicação social do presidente. Na medida que ele indica o Programa Fome Zero como seu programa prioritário, isso encanta muita gente no país. Ou seja, tivemos um grande comunicador e um objeto de comunicação com falhas no início. Na medida em que nós precisamos mais e identificamos o Fome Zero como uma política de acesso à alimentação e garantia do direito de todos à alimentação, todas as famílias, com programas complementares mais ligados à produção, distribuição e consumo de alimentos, o objeto se tornou mais claro e a comunicação ficou mais fácil.

**AMS** - *Especula-se se o Fome Zero seria, pelo menos em sua concepção original, extremamente ambicioso e complexo e por isso necessitaria um gigantesco esforço gerencial. O ex-ministro Graziano não teria o perfil adequado para a função e o Mesa nunca dispôs de estrutura compatível com suas atribuições. Esses fatores foram os mais determinantes para sua extinção? Ou quais seriam, então, os fatores determinantes para a extinção do Mesa e unificação dos ministérios?*

**Baccarin:** Há que se considerar que era um primeiro ano de governo. Nós tínhamos ações que dependeram de legislação, de lei. Para o programa de aquisição de alimentos, por exemplo, que é um programa com o alcance considerável hoje, após dois anos de existência, teve que ser criada uma lei específica. Esse programa teve que constar nos órgãos federais ligados a área financeira, teve que ser regulamentado, e só ficou pronto para ser executado no mês de outubro de 2003, dez meses depois do início do governo. Aparentemente isso é muito, mas não é. Quando

you cria um programa novo, que depende de uma legislação, isso não  muito tempo. Nos tivemos algumas dificuldades nesse sentido. Acho também que houve no início uma certa dispersão do esforço. Deveria se concentrar mais o trabalho em torno do Cartão Alimentao e de alguns problemas bem específicos de segurança alimentar. Quando houve a unificao dos programas sociais de transferência de renda – juntar Bolsa Escola, Cartão Alimentao, Bolsa Alimentao e Vale-Gás no Bolsa Família –, que estavam em vários ministérios, foi uma evoluo importante, mas sentiu-se a necessidade de se construir um Ministério de Desenvolvimento Social. Assim, juntou-se o que vinha fazendo o Mesa, que tinha um cartão, com o que fazia o de Assistência Social e também a Secretaria do Bolsa Família. Esse movimento consolidou e juntou em uma mesma direo programas de suplementao de renda e programas de segurança alimentar. Essa  uma questão institucional importante. Eu acho que ainda há uma outra questão institucional, que deve ser sempre trabalhada, que  a coordenao e supervisão de aoes dos diferentes ministérios. Porque segurança alimentar e combate  fome não dizem respeito apenas ao Ministério de Desenvolvimento Social: dizem respeito  Saúde,  Educao e ao Desenvolvimento, para mencionar apenas três. Temos procurado construir um mecanismo institucional que coordene e supervisione essas aoes, o que não  simples. Os governos não funcionam dessa maneira, eles funcionam de maneira segmentada, todos os governos.  difícil você coordenar aoes transversais. Essa  a nossa proposta do grupo de trabalho do Fome Zero, que de fato pretende fazer essa articulao interministerial.

**AMS** - *E têm conseguido?*

**Baccarin:** Em parte sim. Como na definio do objeto. A gente definiu o objeto mais precisamente, aonde nos vamos atuar e como vamos trabalhar com metas conjuntas. A gente tem avançado bastante. Embora não possa dizer que já esteja consolidado.

**AMS** - *E o que dizer do Bolsa Família? Qual o balanço que se pode fazer tendo o programa pouco mais de um ano de existência?*

**Baccarin:** Significou vários avanços. Houve uma mudança quantitativa e uma mudança qualitativa em relao aos programas anteriores. Quando se garante um piso, independente das condicionalidades, que são os 50 reais para as famílias abaixo da renda *per capita*, se tem a idéia de garantir, independente da situao da família ou do que venha a fazer, o direito humano  alimentao para todos. E com essa mudança não só

triplicamos o repasse médio das famílias, mas garantimos um piso. Esse é um avanço. A unificação dos programas significa melhor gerenciamento, menor custo administrativo, dilui a disputa interinstitucional. Insinua-se que no governo anterior o Bolsa Escola e o Bolsa Alimentação, do Ministério da Educação e do Ministério da Saúde, se justificavam mais por uma luta de dois pré-candidatos à presidência do que qualquer outra razão. Então você cria um espaço de articulação institucional melhor. O Bolsa Família exige condicionalidades na área de saúde e na área de educação, mas sob um único repasse. Então essa é uma melhoria considerável. Outra melhoria considerável é o relacionamento que se tem com os entes federados. Nós estamos firmando uma série de convênios com Estados e Municípios que têm programas de suplementação de renda para integrar os repasses e os seus cadastros, para evitar duplicações. Esse é um avanço que respeita a federação e que disponibiliza para os Municípios as informações do cadastro. Antes, era um absurdo, os Municípios, as Prefeituras, preenchiam os cadastros e não podiam usar as informações cadastrais, que eram de uso exclusivo do governo federal. O que era um erro grave. Hoje os cadastros estão disponibilizados para os Municípios para fazerem outros programas. Na *internet* existe a relação das pessoas beneficiadas. Esse é outro avanço. Há transparência no nome dos beneficiários. Não se coloca os endereços na *internet*, apenas o nome, mas, de qualquer maneira, isso permite um maior controle social do programa. E o alcance do programa também é outro grande avanço. Com dois anos de governo são seis milhões e meio de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família, precisamente, seis milhões 572 mil famílias. Ou seja, tem um alcance muito grande. Nós vamos chegar em 2006, com tranquilidade, atendendo a todas as 11 milhões de famílias. Até lá, eu espero que sejam menos.

**AMS** - *Tratando especificamente dos critérios de implementação e fiscalização do Bolsa Família. No início os Municípios se credenciavam e formavam os comitês gestores. Parece que houve uma modificação e isso passou a ser responsabilidade da Prefeitura. A questão do controle social sobre o programa também já causou muita polêmica. Qual o formato atual do controle social sobre o Bolsa Família e o que dizer dessas divergências internas?*

**Baccarin:** Há posições divergentes no governo. Alguns jogam mais peso na ação direta dos comitês gestores, do controle social local. Há uma outra visão que atribui responsabilidade dividida entre a comunidade e a Prefeitura local. O Cartão Alimentação foi implementado com uma compo-

sição dos comitês gestores com dois terços da sociedade civil e um terço do poder público local. Atualmente a representação é paritária. É essa a proposta que nós estamos implementando. Anteriormente o controle social tinha um papel de gestor, ele indicava as famílias. Ele não cadastrava, mas dentro da lista das cadastradas ele indicava as famílias que deveriam receber ou não. Agora não. Agora ele tem um papel apenas de controle. Continua a ter um grande papel.

**AMS** - *Quem é que faz a lista?*

**Baccarin:** O cadastro é o Município.

**AMS** - *Baseado em um cadastro previamente existente?*

**Baccarin:** Não. É uma ficha cadastral que não é fácil de preencher. São sete páginas com vários dados da população, importantíssimos. Esse cadastro com a indicação das famílias é mandado para o governo federal e o governo federal estabelece metas de pagamento para os Municípios. Paga de acordo com a renda. Quem indica a quantidade de pessoas a receber em cada Município é o governo federal. E sempre dos mais pobres para os mais ricos. Se tiverem 1.000 pessoas cadastradas, 800 elencadas no Bolsa Família, com uma cota de 600, os mais pobres é que iriam receber. É essa sistemática. Quem faz, quem preenche, quem indica, quem cadastra, quem encontra as famílias pobres são os Municípios. O governo federal de acordo com esse cadastro, com a informação de renda, paga as famílias através da Caixa Econômica Federal e o controle social local recebe essa lista e pode fazer a fiscalização.

**AMS** - *Como é que funcionam os Copo, Prato, Sal e Talher do Fome Zero?*

**Baccarin:** Isso faz parte da nossa estratégia de se implementar políticas públicas e promover mobilização social concomitantemente, que discuta a questão da segurança alimentar, que mobilize a população local para o tema. Essas quatro formas de organização fazem parte da ação de mobilização social e de educação cidadã para a segurança alimentar. Não é uma estrutura do governo.

**AMS** - *Então, quando se procurou priorizar as ações específicas do combate à fome e segurança alimentar, essas iniciativas não foram incluídas?*

**Baccarin:** Elas estão incluídas. A gente tem uma relação muito grande com o Talher. Os integrantes do Talher costumam fazer parte dos Conselhos estaduais. Há uma relação estreita. Temos um convênio com uma

fundação que tem práticas de educação cidadã. A relação é grande, mas não é estrutura de governo. O papel dela não é gerenciar, administrar ações públicas, é mobilizar a população em torno do tema, trabalhar com educação e capacitação em torno do tema.

**AMS** - *Vamos tratar agora de agricultura e questão rural. Detectamos lentidão no assentamento das famílias e necessidade de importação de alimentos elementares integrantes da cesta básica do brasileiro. São, ambos, problemas colocados há bastante tempo na pauta de discussão, mas sua superação esbarra em interesses econômicos muito poderosos. Como enfrentá-los? Como solucionar efetivamente essas questões?*

**Baccarin:** Na área da reforma agrária, o governo fechou 2004 atingindo cerca de 70 a 75% da meta prevista. É um valor razoável. Razoável para bom. Não é um valor ruim não. A grande dificuldade é a arrecadação de terras, as terras estão ficando caras. Nós tivemos problemas de denúncias de terras compradas a preços avultados. Tem que ter muito cuidado com isso. Mas a maior preocupação nossa é dar qualidade à política da reforma agrária, porque não há sentido nenhum você distribuir terra sem condições de produção, a não ser transferir a pobreza de lugar. Distribuir terra para as famílias sem oferta de crédito, sem assistência técnica, sem canais de comercialização, faz que elas não consigam produzir. Então, às vezes, é como se transferir uma favela da zona urbana para virar uma favela na zona rural. A política da reforma agrária tem sido executada com essa preocupação de se recuperar a assistência rural, que foi uma perda importante que nós tivemos nas políticas públicas na década de 1990, de ter o volume de crédito maior, de ter uma política de assentamento maior e de ter ações públicas que garantam esses assentados por mais tempo. Nós temos, aqui mesmo na Secretaria, uma política de distribuição de cestas de alimentos voltada para uma fase preliminar de acampamento, de assentamento. Penso que a reforma agrária vem caminhando bem, com uma qualidade muito maior. Em termos da produção agrícola brasileira, de maneira geral, não há problemas de abastecimento e produção de alimentos. Nós produzimos a grande maioria dos produtos que a gente consome, com algumas exceções, como o caso do trigo, que a gente importa muito, mas vem diminuindo. E não temos a intenção de ter a produção total de alimentos. No caso do trigo, por exemplo, no meu modo de entender, como a gente importa da Argentina, essa importação é importante para fortalecer o Mercosul, o bloco econômico. É que se tem essa idéia de auto-suficiência, de produ-

zir tudo no país. Mas se você produz tudo, e os outros? Como é que você estabelece relações comerciais? Não podemos ter essa visão. Nós produzimos bastante e produzimos barato. A alimentação no Brasil é relativamente barata, por isso nós somos um grande exportador. Não é esse o problema de segurança alimentar no Brasil, de maneira geral. O problema é de falta de renda mesmo, a baixa renda de uma grande parcela da população brasileira. Mas mesmo dentro da agricultura, se não dá para dizer que há falta de produto, há uma categoria social com problemas, que são os agricultores familiares. Para essa camada da população, nós precisamos ter políticas específicas, direcionadas para incentivar os agricultores familiares. Produzimos muito, mas tem agricultores muito pobres no país.

**AMS** - *Uma das deliberações da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e também atual bandeira do Consea é a elaboração de uma lei orgânica de segurança alimentar e nutricional, com orçamento próprio, fundo específico, definição de ações, diretrizes, recursos e definição do papel dos três níveis de governo. Como está sendo conduzida tal elaboração? Já existe algum esboço? O que pode se esperar dela?*

**Baccarin:** Nós fazemos parte do Consea, participamos das suas discussões em relação a esse tema e temos uma assessoria específica para ajudar na formulação dessa legislação. Estamos hoje em uma fase de comparar os diversos sistemas públicos existentes para pensar na formulação de uma lei de segurança alimentar ou sistema de segurança alimentar. Podemos citar o Sistema Único de Saúde, o Sistema de Educação, o Sistema de Assistência Social, basicamente esses três, que estão sendo analisados. No entanto, não se pode perder de vista que a segurança alimentar é um tema bastante transversal, mais do que a saúde, mais do que a educação. Envolve vários ministérios. Então quando se fala no sistema de segurança alimentar, tem que se levar em conta isso. Existem várias instituições públicas que agem e atuam no tema, tem o Ministério de Desenvolvimento Social, tem a Saúde, tem a Educação. O Ministério da Educação, por exemplo, tem a merenda escolar. Então quando você pensa no sistema, tem que pensar nessa questão da transversalidade, dessa matricialidade da segurança alimentar. Essa, portanto, é uma preocupação que nós temos ao propor, ao formular uma lei orgânica de segurança alimentar.

**AMS** - *Pode-se dizer, então, que a idéia é embrionária?*

**Baccarin:** Não, já avançou bastante. Eu diria que nós teremos condições de em 2005, um ano depois da conferência, fazer uma apresentação dessa legislação.

**AMS** - *Ao debater sobre a Pesquisa de Orçamento Familiar do IBGE, divulgada em dezembro de 2004, você afirmou que "advogar uma redução da política de suplementação de renda significa querer que se aumentem os problemas nutricionais e de insegurança alimentar". O quão surpreendente foram os resultados da pesquisa? E como eles podem alterar as políticas atuais e futuras de segurança alimentar?*

**Baccarin:** Não houve surpresa alguma na pesquisa. Na maneira como ela foi divulgada, sim. A pesquisa demonstrou algo que era esperado. Os dados de obesidade com os quais vínhamos trabalhando foram justamente os dados que a pesquisa revelou. Nenhuma novidade. A gente já falava em 12 a 14% de pessoas obesas no Brasil, que é mais ou menos o que a pesquisa revelou. A obesidade, inclusive dos mais pobres, já fazia parte das nossas falas e continua fazendo parte. Nós devemos trabalhar bem dois conceitos aí para bem interpretar a pesquisa do IBGE, que não é só a questão de obesos e magros, que foi o que ganhou o senso comum, infelizmente. A questão é mais complexa. A questão da fome e da desnutrição existe no Brasil, não atinge 11 milhões de famílias, nunca dissemos isso. Existem 11 milhões de famílias abaixo da linha da pobreza, muitas com fome de fato: desnutridas. Agora, certamente essas 11 milhões de famílias vivem numa situação de risco, de insegurança alimentar. Qualquer contratempo e elas passam fome. E elas têm a sua vida muito pautada por essa questão. Então quando eu afirmo que nós não devemos deixar de procurar atender às 11 milhões de famílias, estou dizendo que quando a gente deixar de fazer isso algumas vão voltar a passar fome e outras vão aumentar a linha de insegurança alimentar. É importante dentro da nossa estratégia procurar universalizar a política de suplementação de renda, diminuindo fome, diminuindo a insegurança alimentar. Desde o início nós reforçamos isso, tínhamos uma preocupação com um outro ponto da situação nutricional do Brasil, que é a questão mais ligada à qualidade da alimentação, a questão do sobrepeso, da obesidade, da alimentação inadequada. Então a questão da educação alimentar, que a gente toca juntamente com o Ministério da Saúde, especificamente, já fazia parte das nossas preocupações. E nesse ano de 2005, isso vai ser reforçado ainda mais. As crianças da rede pública de ensino de todo o Brasil vão receber informações sobre educação alimentar, os professores vão ser capacitados para isso e já temos o

material de divulgação que trata do tema de educação alimentar. Portanto, a gente já vinha trabalhando com essa preocupação sobre a qualidade da alimentação. Essa é uma preocupação do governo brasileiro. E não pode ser diferente. Mas é uma questão que não se resume ao “deixou de ser magro, passou a ser gordo”. Foi com a divulgação da pesquisa, que revelou os níveis de sobrepeso e a obesidade da população, que veio esse debate: o problema nosso não é mais fome, não é mais magreza, é obesidade. Nós achamos que essa é uma interpretação equivocada. Não tem surpresa nenhuma na pesquisa, isso era totalmente esperado, nós continuamos priorizando a ação contra a fome e contra a insegurança alimentar, sem deixar de ter ações ligadas à qualidade da alimentação e educação alimentar.

**AMS** - *Na perspectiva pessoal, quais seriam as frustrações do exercício da sua função frente à Secretaria? E quais as principais metas e perspectivas para a segurança alimentar no Brasil?*

**Baccarin:** Eu não tenho nenhuma frustração em termos da ação pública. Acho que nós conseguimos avançar bastante em dois anos de governo. O balanço é extremamente positivo. Acho, inclusive, que nós tivemos algumas conquistas muito importantes, com simbolismo muito forte, como o alcance do Bolsa Família, que é um programa novo, como o Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar, ou o aumento na construção de cisternas, beneficiando a região mais pobre do país, o semi-árido, garantindo água de boa qualidade às famílias. Há muita coisa que nos deixa satisfeitos e não há nenhuma grande frustração. Lógico que a gente comete erros, a gente não faz tudo que poderia ter sido feito, mas isso é normal, desde que você não se conforme e procure superar isso. Agora, há uma frustração no sentido da situação social do país. Seria interessante que nenhuma imagem de crianças esqueléticas fosse vista no país mais. Nós temos todas as condições para ter, de fato, todas as pessoas, com a economia do jeito que é, com a produção do jeito que é, de alimentar todo mundo no país. Então, isso frustra ainda. Existem alguns lugares onde pessoas passam fome, pessoas esqueléticas, que tem que resolver seu problema o mais rápido possível. Então, eu diria que a frustração é essa. Quanto às perspectivas, eu acho que nós vamos conseguir ter um alcance nacional da política de segurança alimentar, na suplementação da alimentação, nós vamos chegar lá. É uma perspectiva muito boa. E acho que vai se construir no país uma ação pública importante na política, que atende toda a população na área da educação alimentar. Isso é um grande desafio, porque esse é

um problema que nem os países desenvolvidos conseguem resolver. Hoje nos Estados Unidos a segunda causa de morte são os problemas ligados à alimentação, perdendo até para o fumo. Mas eu acho que nós temos todas as condições, com o tema sendo prioritário do jeito que é, com ações interinstitucionais, de termos uma política eficaz de segurança alimentar e de combate aos problemas associados à má qualidade da alimentação. Não é fácil, mesmo porque há interesses comerciais que precisam ser enfrentados no campo da publicidade, no controle da qualidade dos alimentos, etc. E acho, também, que nós vamos conseguir institucionalizar, de uma maneira mais duradoura, uma política de segurança alimentar. Vamos ter normas, legislações, órgãos públicos mais diretamente ligados, mais especificamente ligados à questão. São boas perspectivas.

**AMS** - *Seremos capazes de extinguir a fome no país?*

**Baccarin:** Sem dúvida. Eu não vejo isso como um grande desafio.

**AMS** - *É uma questão de tempo?*

**Baccarin:** Eu acho que sim. E não muito tempo! Eu vejo um horizonte aí. Não dá para estabelecer um prazo. Mas eu diria que menos de uma década. A fome vai ser residual. Se existir fome, não será por falta de política pública.

**AMS** - *O presidente prometeu três refeições diárias até 2006.*

**Baccarin:** Até o fim do mandato, não é? Eu acho que é possível.